



REDE "IDEOLOGIZADA"? GÊNERO, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CONVICÇÕES RELIGIOSAS EM PUBLICAÇÕES BRASILEIRAS NO FACEBOOK

- CÉSAR PORTANTIOLO MAIA *
- MÁIRA BITTENCOURT *
- DONIZETE RODRIGUES *

Resumo: Um dos temas em destaque, no debate público brasileiro, é o que se convencionou chamar de "ideologia de gênero". Essa definição, por mais controversa que possa ser, é utilizada em debates por diferentes grupos e organizações sociais tendo, em alguns casos, carácter religioso. Assim, este artigo tem como objetivo a análise de discussões nas redes sociais que envolvam esta temática e que estejam relacionadas a aspectos religiosos, destacando-se duas propostas principais a) elucidar os sentidos atribuídos ao termo "ideologia de gênero" e b) discutir sociologicamente em que nível estas manifestações podem ser percebidas como uma forma de participação social e exercício da cidadania.

Palavras-chaves: Gênero; Ideologia; Religião; Participação Social; Cidadania.

Introdução

Um dos temas em destaque, no debate público brasileiro, é o que se convencionou chamar de "ideologia de gênero". Essa expressão, por mais controversa que possa ser, é utilizada por diferentes grupos e organizações sociais, tendo, em alguns casos, carácter religioso. Por gerar debates nas redes sociais, na imprensa tradicional e também no meio político (câmaras de deputados e de vereadores), nos propomos a analisar sociologicamente este termo, pondo-o em diálogo com teorias sociais sobre ideologia e gênero.

Considerando que as redes sociais se configuram, atualmente, como um espaço privilegiado para a manifestação de ideias, opiniões, crenças e convicções políticas, neste

trabalho iremos analisar discussões no Facebook, com foco na "ideologia de gênero". Procuramos identificar sentidos e significados atribuídos pelo público que utiliza este conceito em suas discussões nesta rede social.

Dessa forma, o trabalho tem dois objetivos: a) elucidar os sentidos aplicados ao conceito de "ideologia de gênero" nas discussões da rede, levantando apontamentos que permitam aprofundar o debate social e acadêmico sobre este tema; b) compreender se as manifestações, dos que se inserem nessas discussões, são uma forma de tolher a formação crítica e a participação social ou se poderiam ser percebidas como exercício da cidadania.

A complexidade do conceito de ideologia

Começaremos por um breve percurso teórico sobre os conceitos sociológicos de ideologia e gênero. Nesse sentido, para embasar esta análise, utilizaremos autores de referência no campo das ciências sociais e da teologia. Sobre ideologia, o aporte de Karl Marx, Antonio Gramsci, Pierre Bourdieu e Slavoj Žižek. Com relação às teorizações sobre gênero, tomaremos como base, principalmente, Margaret Mead, Judith Butler e Tereza Toldy.

Recheado de debates, polêmicas e com entendimentos diversos, o termo ideologia está presente nas ciências sociais e também no dia-a-dia da vida em sociedade. Autores como Pierre Bourdieu, por considerarem o termo tão deturpado, em função de usos difusos, preferem substituí-lo por outros conceitos como o de violência simbólica e o de poder simbólico. Porém, dada a relevância que tem adquirido no atual contexto da sociedade brasileira, resolvemos revisitá-lo, trazendo elementos que, por mais que já tenham sido destacados por Karl Marx, Antonio Gramsci, Pierre Bourdieu e Slavoj Žižek ajudam a entender essas questões contemporâneas de grande relevância sociológica.

Mas do que falamos quando usamos a palavra ideologia? Pedrinho Guareschi, no seu livro *Sociologia Crítica: alternativas de mudança* (2008), classifica três diferentes formas de ideologia, são elas: a) sentido etimológico, relacionado ao estudo das ideias; b) conjunto de ideias que orientam, referenciam, as condutas de pessoas ou comunidades; c) ideias distorcidas, "falsas" sobre a realidade.

Embora seja bem didática e sirva para sistematizar o entendimento do conceito, a explicação deste autor não expressa toda a sua complexidade, pois, na Sociologia, este entendimento foi alargado, adquirindo sentidos muito mais amplos. Slavoj Žižek (2016)

identifica a ideologia como algo inerente, intrínseco ao ser humano, ou seja, indissociável da ação humana.

Neste sentido, o entendimento é que, por mais que se almeje neutralidade, ou que se busque fugir de ideias predeterminadas e visões de mundo já estabelecidas, chega-se inevitavelmente em outras ideias ou adota-se conscientemente formulações pré-estabelecidas. Žižek (1996) afirma que “a saída da (quilo que evidenciamos como) ideologia é a própria forma de nossa escravização a ela” (p. 12). Assim, não há possibilidades de formular um discurso não ideológico, totalmente livre de princípios e de ideias pré-estabelecidas.

A qualificação de um discurso como ideológico, em muitos casos, pode ser verificada como um ato repleto de ideias pré-concebidas que levam a classificar o discurso oposto; ou seja, no momento em que denuncio uma manifestação, um ato ou um pensamento como algo motivado pela ideologia, o processo contrário não será menos ideológico, pois “o próprio gesto de sair da ideologia puxa-nos de volta para ela” (ŽIŽEK, 1996, p. 15).

Portanto, considerando que o discurso neutro, totalmente isento de ideologia, dificilmente será obtido, utilizaremos este princípio nas nossas análises dos discursos na rede social. Enquanto estudo acadêmico, utilizaremos como baliza a orientação weberiana da ‘neutralidade axiológica’ e em métodos consolidados de pesquisa social, seguindo a orientação teórica e crítica de autores como Karl Marx, António Gramsci e Pierre Bourdieu.

Começaremos por Karl Marx. Este pensador alemão é considerado um dos grandes responsáveis pela relevância do conceito sociológico de “ideologia”. A obra intitulada “A Ideologia Alemã”, escrita em 1846, em parceria com Frederick Engels, e publicada postumamente, traz análises profundas da sociedade capitalista, demonstrando a importância de processos relacionados à consciência e ao pensamento dos indivíduos para a manutenção do sistema econômico.

Para Marx, as condições materiais é que formam os seres humanos. Em cada período histórico, os processos e os meios de produção seriam os responsáveis por formar os indivíduos. “O que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com o que eles produzem, quanto com a maneira como produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção” (MARX e ENGELS, 1998, p.11). Neste caso, a essência da existência humana estaria diretamente ligada as relações de produção.

O que ocorre é uma espécie de “ludibriação”, através da qual a realidade ficaria obscura e o que fica disponível para as pessoas é um conjunto de noções distorcidas da realidade. Nesse sentido, teríamos a formação de uma falsa consciência, processo através do qual as noções desfiguradas da realidade seriam propagadas a fim de esconder a realidade, ou seja, as condições materiais que determinam a vida dos indivíduos.

E se, em toda ideologia, os homens e suas relações nos aparecem de cabeça para baixo como em uma câmera escura, esse fenômeno decorre de seu processo de vida histórico, exatamente como a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico (MARX e ENGELS, 1998, p. 19)

Nesse caso, a ideologia seria a falsa consciência que as pessoas têm de si, instrumentalizada pela moral, as leis e as crenças, que serviriam para a manutenção das distorções. Já o seu oposto, o não-ideológico, seria a consciência real, ou seja, tudo o que se encontra expresso nas condições materiais - relações de trabalho, troca, meios de produção. A ideologia agiria deixando o real no obscurantismo e levando os indivíduos a estruturarem as suas ações num substrato de ideias repleto de falsidade.

Seguindo ainda este autor, é importante considerar que as ideias dominantes, que formam a ideologia, são sempre as ideias da classe que domina economicamente. Ele identifica que, nas diferentes sociedades, quem possui o poder econômico dispõe dos meios necessários para a formação do pensamento dominante, pois, dispõe dos meios intelectuais e de propagação das ideias capazes de formar o pensamento de uma época.

Concordando com Marx, no que tange a função de conduzir pensamentos e ações de grupos sociais, Antônio Gramsci amplia essa compreensão, demonstrando que, para além de funções negativas, as ideologias cumpriram funções positivas de organização social. A ideologia estaria relacionada a “uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas” (GRAMSCI, 1978 p. 22). Assim, a ideologia não consiste na manifestação de conceitos e ideias, nem na ação propagandista destes, pois diz respeito ao substrato que forma tudo o que é expresso humanamente. Em todas as ações e manifestações individuais ou coletivas, teríamos a expressão de uma determinada forma de conceber e interpretar a realidade, sendo isso o que Gramsci chama de ideologia.

O espaço onde as ideologias se manifestariam de forma espontânea, podendo ser observadas, seria no senso comum. No dia-a-dia das pessoas, nas suas práticas, falas,

gestos e crenças, expressas de forma rotineira, se manifestariam os elementos que formam os pensamentos e as condutas de indivíduos inseridos numa coletividade.

Devemos considerar também a separação que Gramsci faz entre ideologias historicamente orgânicas e arbitrárias. O primeiro modelo está relacionado a organização da ação humana numa coletividade, pois teria a função de ordenar posturas e formas de conduta tornando possível a convivência social. O segundo diz respeito a formação de um determinado pensamento, ou um padrão de conduta, que não tem relação com a história nem com o meio no qual o indivíduo está inserido; neste caso, seria criada de forma racional e artificial, a fim de se atender determinados objetivos almejados por um determinado grupo (BRANDÃO, 2007).

Seguindo a perspectiva de valorização das práticas cotidianas como objeto de análise - distanciando-se, porém, das leituras marxistas - temos as contribuições de Pierre Bourdieu. Apesar de não refutar a existência da ideologia, Bourdieu prioriza a formulação de novos conceitos, como o de poder simbólico e de violência simbólica, que permitem, segundo ele a descrições mais precisa da realidade social (BOURDIEU e EAGLETON, 1996).

Este sociólogo francês apresenta uma crítica à noção de ideologia, principalmente àquela ligada a tradição marxista de Louis Althusser. Para ele, o entendimento deste conceito como falsa consciência cria uma cisão, ou seja, a existência de uma consciência verdadeira e outra falsa, sendo a primeira acessível somente à alguns. Nesse sentido, existiria uma grande verdade, a qual, somente um determinado grupo seria capaz de apreendê-la (BOURDIEU e EAGLETON, 1996).

Segundo esta perspectiva sociológica, o conceito de ideologia estaria sendo utilizado com sentidos muito amplos ou contraditórios, o que reduziria a sua eficácia teórica. É por isso que Bourdieu manifesta a sua preferência por cunhar conceitos novos que possam ser utilizados em substitutivo à ideologia, a saber: dominação simbólica, potência simbólica e violência simbólica.

É de destacar ainda que, devido a este processo, a utilização da palavra ideologia transmite “uma espécie de descrédito. Descrever uma ação como ideológica é, muitas vezes, um insulto, de modo que essa própria designação torna-se um instrumento de dominação simbólica” (BOURDIEU e EAGLETON, 1996, p. 266). Assim, a opção pela utilização da palavra ideologia, dependendo do contexto, pode indicar uma forma de diminuir, pondo em descrédito uma determinada manifestação, uma fala ou iniciativa, o que caracterizaria a tentativa de dominação simbólica. Esta observação - o sentido

negativo atribuído ao termo ideologia e o quanto tal sentido pode expressar uma relação de dominação simbólica – é deveras importante para pensarmos o objeto que nos propomos a analisar. Em determinados contextos, lançando-se um olhar sociológico, é possível identificar a utilização do termo ‘ideologia de gênero’, indicando algo ruim e que deveria ser evitado.

Temos consciência que esta discussão foi uma pequeníssima parcela do amplo e significativo debate sociológico a respeito do conceito de ideologia. Muito limitada, portanto, diante da complexidade e da importância histórica deste conceito, mas que nos ajuda na compreensão de alguns dos seus significados e na análise do nosso problema sociológico. Algo semelhante faremos agora quanto ao conceito de gênero.

Delineando o conceito de Gênero

A palavra gênero pode ser utilizada em contextos muito distintos e com significados variáveis. Neste trabalho, o conceito gênero adquire o sentido de classificação, reunião de características que permitem agrupar pessoas, formando um conjunto mais ou menos homogêneo.

Autores das Ciências Sociais e da Filosofia, como *Margaret Mead*, *Judith Butler*, *Simone Beauvoir*, esforçaram-se para construir uma definição da noção de gênero, entendimento este que vem sendo cada vez mais questionado por alguns setores da sociedade, na maioria das vezes, amparados em (frágeis) pressupostos biologicamente determinados ou em tradições interpretativas das questões de gênero com base na orientação religiosa.

O debate social sobre gênero assenta-se, num primeiro momento, numa importante indagação: seria determinado biologicamente ou construído socialmente, fazendo parte da cultura de um determinado grupo? No contexto desta discussão teórica-conceitual, destacam-se as norte americanas Judith Butler e Margaret Mead. Apresentaremos a seguir, embora brevemente, algumas ideias destas autoras sobre o tema.

Enquanto antropóloga, Mead realizou importantes pesquisas etnográficas que lhe permitiram desvendar aspectos significativos sobre as questões de gênero em diferentes sociedades, modernas e nomeadamente indígenas. Estes estudos colocaram em dúvida a visão de gênero como algo natural, pois, à medida que inventariava experiências em diferentes sociedades, conseguiu demonstrar que o “ser homem” ou o

“ser mulher” se alteram de acordo com os contextos sociais e culturais (SARDEMBERG, 2000). Mead demonstra que as tarefas sociais executadas por homens e mulheres se alteram quando muda o contexto social. O que é tarefa de homem ou de mulher, o que é atitude masculina ou feminina, vai depender do meio social que está sendo observado. Nesse sentido, as características do “macho” e da “fêmea” mudam quando muda o contexto sociocultural.

Podemos assim perceber que, para Margaret Mead, os indivíduos não nascem homem ou mulher, mas tornam-se homem ou mulher, a partir das influências que recebem do meio social em que estão inseridos. Nessa perspectiva, as características associadas a masculinidades ou feminilidades não são naturais, mas sim culturais e socialmente construídas.

Para a filósofa Judith Butler (2003), por sua vez, a palavra gênero vai muito além de um instrumento de classificação, adquirindo as características de um “aparato de construção cultural” (p. 25-26). Ou seja, uma palavra que no seu uso social teria a capacidade de moldar atitudes, comportamentos e pensamentos. Para esta autora, até mesmo o entendimento que se tem da divisão binária dos sexos (masculino e feminino), seria algo construído por este aparato cultural chamado gênero.

Essa perspectiva aproxima gênero e ideologia, pois, atuaria no sentido de moldar pensamentos e atitudes, determinando a forma como os indivíduos devem se portar e aproximando-os de características masculinas ou femininas. Seria uma construção social de sentidos, um círculo fechado que molda e dá significado à comportamentos, que impõe e determina características da identidade individual no que tange a associação a masculinidades ou feminilidades.

Nesse sentido, ela destaca a necessidade de refutar todas as noções fundantes em relação ao significado da palavra gênero, principalmente aquelas que o articulam com a noção de sexo. Este conceito seria tão poderoso, no que tange a sua capacidade de influenciar a definição da identidade humana, que somente a partir da refutação de qualquer sentido original poderia ter espaço a liberdade individual a esse respeito.

Não há ontologia do gênero sobre a qual possamos construir uma política, pois as ontologias do gênero sempre operam no interior de contextos políticos estabelecidos como injunções normativas, determinando o que se qualifica como sexo inteligível, invocando e consolidando as restrições reprodutoras que pesam sobre sexualidade, definindo as exigências prescritivas por meio das quais os corpos sexuados e com marcas de gênero adquirem inteligibilidade cultural (BUTLER, 2003, p. 213).

Seguindo a perspectiva de crítica às interpretações que naturalizam o conceito de gênero, Teresa Toldy e Ana Santos (2016) destacam o papel desempenhado pela religião para a manutenção deste entendimento, por elas considerado conservador. Estas autoras observam que a naturalização do gênero atuou de forma eficiente num processo de relegação da mulher a uma posição secundária na sociedade, ficando esta, por muito tempo, restrita as atividades domésticas. Este entendimento teria atuado, também, na renegação e exclusão da diversidade de gênero.

Ainda de acordo com estas autoras, o entendimento do gênero cristaliza posições e funções entendidas, socialmente, como de homens e de mulheres, e lança no ostracismo os indivíduos que não se identificam com uma dessas duas classificações. Existiria, assim, uma incongruência entre cidadania e naturalização do gênero, pois, ao passo que a primeira pressupõe questionamento, disputa e conquista de espaço e legitimação social, a segunda remete para a manutenção e acomodação de posições e funções sociais.

Após está breve (mas necessária) discussão teórica-conceitual sobre ideologia e gênero passaremos a apresentação dos dados e análises empíricas.

A ideologia de gênero nos discursos de líderes político-religiosos no Facebook

Almejando analisar a utilização do termo “ideologia de gênero” e os sentidos a ele atribuídos, realizamos um levantamento de dados das páginas oficiais, do Facebook, de lideranças que articulam presença na política partidária nacional e filiação religiosa.

Quanto à metodologia utilizada na recolha de dados, para captação das postagens foi montado um programa, com a linguagem de programação Python aliado à API do Facebook, para coletar automaticamente as publicações. Conseguimos acesso as publicações de cada página selecionada, do seu surgimento até o mês de março de 2018. Os dados foram salvos em planilha CSV e manipulados no Excel. Na planilha verificamos a incidência do termo ideologia de gênero. Após identificada a incidência, analisamos qualitativamente as postagens em que ele apareceu. O foco da análise qualitativa foi no conteúdo produzido, com vistas à identificação do caráter que o define naquele contexto.

Para as análises empíricas foram coletadas postagens de 5 páginas de líderes que permeiam o campo da política e da religião. Sendo eles: senador Magno Malta (PR – ES) e os deputados federais Jair Messias Bolsonaro (PSL – RJ), Marco Feliciano (PODE – SP), Eros Biondini (PROS – MG) e Flávio Augusto da Silva (PSB – SP), que tem por

nome público Flavinho. Os três primeiros compõem a Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional e os dois últimos a Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana¹.

A escolha das páginas deu-se por três razões principais: a) serem figuras públicas, que ocupam cargos eletivos; b) fazerem parte de uma frente parlamentar religiosa, o que indica o vínculo religioso; e c) terem participação expressiva nos debates sobre a dita “ideologia de gênero”. Para além destas, outro aspecto que influenciou nesta escolha é o contingente numérico de curtidas, compartilhamentos e comentários que eles movimentam na rede social.

Antes de definirmos estes nomes, na tentativa de utilizarmos critérios mais objetivos e de buscarmos maior heterogeneidade ideológico-partidária, foram realizados levantamentos com outros parlamentares. Por exemplo, realizamos extrações de dados das páginas do Facebook de todos os senadores que participam em uma das duas frentes parlamentares em questão; porém, não foram atingidos resultados satisfatórios com vistas ao objeto aqui investigado. O principal problema enfrentado foi o baixo quantitativo de interação e de compartilhamentos das publicações referentes ao tema “ideologia de gênero”. Dessa forma, o material se tornou pouco representativo das discussões populares, diferentemente do material selecionado para análise.

Posto isso, a seguir destacaremos os principais elementos que encontramos ao analisar as manifestações no Facebook, dos políticos citados acima, sobre o tema “ideologia de gênero”. Existem aspectos que são considerados gerais, ou seja, que se repetem nas manifestações das 5 lideranças, porém, existem nuances e diferenças entre os analisados que serão destacadas ao longo deste texto.

O primeiro aspecto observado remete ao contexto temporal em que o termo “ideologia de gênero” aparece nas manifestações. Todas elas estão situadas a partir do ano de 2014 e relacionadas aos debates e votações dos planos nacional, estaduais e municipais de educação. Antes desse período não foram verificadas incidências do termo nas páginas analisadas. O que nos leva a entender que o termo, da forma como é abordado nos últimos 4 anos, não era pronunciado anteriormente.

Entre os políticos analisados, o primeiro a utilizar o termo no Facebook foi o deputado católico Eros Biondini, numa postagem do dia 26 de março de 2014. O que os dados demonstram é que somente após Biondini utilizar o termo sete vezes, entre os meses de março e maio de 2014, é que os seus colegas parlamentares, principalmente os

evangélicos, passaram a utilizá-lo também. O pastor Marco Feliciano utiliza o termo pela primeira vez, na rede social, no mês de setembro de 2014.

Não podemos afirmar que haja uma relação direta. Porém, este dado vai ao encontro da informação apresentada pela professora Jimena Furlani (2006), à revista “pública”, de que a origem do termo “ideologia de gênero” remete à Igreja Católica no ano de 1998, com a Conferência Episcopal realizada no Peru, que teve por tema “A ideologia de gênero – seus perigos e alcances”.

Um aspecto comum é o sentido negativo que o termo “ideologia de gênero” adquire. Em todas as manifestações, este conceito está acompanhado de adjetivos como ‘bagunça’, ‘desordem’, ‘perigo’, ‘atentado’, ‘destruição’, que o desqualificam e dão conotação de algo ruim, que deve ser evitado.

Outra característica é a importância de alguns temas específicos, principalmente pela oposição que os autores das manifestações estabelecem com a dita “ideologia de gênero”. Entre os temas que mais se destacam estão: o “atentado às famílias”, ou seja, o risco de que a família tradicional seja destruída pela questão de gênero; o “atentado às crianças”, que diz respeito ao medo de que “inocência infantil” seja destruída; a demonização de tudo o que remete a reflexão sobre gênero, educação sexual ou sexualidade, caracterizada como imposição do movimento LGBT.

Estes temas não possuem igual importância para os cinco parlamentares; algumas problemáticas são mais significativas para alguns do que para outros. O tema família, por exemplo, está presente e ganha ênfase nas manifestações de Magno Malta, Eros Biondini e Flavinho. Para esses três, tudo o que questione o modelo tradicional de família, composta pelo pai, a mãe e sua prole, é entendido como “ideologia de gênero”. Quem mais dá destaque a esta interpretação é o senador Magno Malta. Ao analisar a sua página no Facebook, identificamos 19 incidências da “ideologia de gênero”, sendo que em 7 foram feitas alusões ao tema família e em todos estes casos a dita “ideologia de gênero” aparecia como um conjunto de pressupostos que estariam sendo impostos pelo Estado às pessoas, com o objetivo de destruir núcleos familiares tradicionais.

Nos argumentos do senador percebe-se a tentativa de caracterizar uma ingerência estatal na vida privada. Uma espécie de atentado do poder público contra as famílias, que se dá a partir de qualquer processo que questione a estrutura familiar tradicional, ou que apresente outras possibilidades de organização dos indivíduos, em núcleos sociais básicos, que não considerem o padrão monogâmico de união entre homem e mulher. Para Malta, a presença da palavra gênero, num plano de educação, ou em um

livro didático, significa “ideologia de gênero”, caracterizada como intervenção pública em um assunto privado, como seria o caso da opção sexual.

Há no discurso do senador a tentativa de dar à família tradicional uma ideia de divindade, ou seja, caracterizá-la como uma estrutura “pura” e “santa”, que estaria sendo ameaçada por algo “diabólico” que seria a “ideologia de gênero”. Segundo ele, todo este processo emanaria de um lugar específico: o Estado brasileiro. Em um dos vídeos postados em sua página no Facebook, Malta faz a seguinte afirmação: “... ideologia de gênero é uma tentativa de criar uma nova ordem social, desmerecendo valores e tentando destruir a chamada família tradicional que nós cremos, que é a família nos moldes de Deus, macho e fêmea como Deus criou...” (MALTA 2017). Por estar no contexto dos debates sobre o PNE, isto representaria uma ação organizada do Estado, com o objetivo de promover tais propostas.

Temos, neste caso, a formação de uma narrativa que parodia um elemento básico das religiões - a separação entre sagrado e profano. Da forma como Magno Malta estrutura o seu discurso, a família é associada ao sagrado e o poder público ao profano. A possibilidade de flexibilização das formações familiares, presente em livros didáticos, caracterizaria a profanação pela intervenção pública de algo que seria privado e sagrado - a família.

Se para Malta, Biondini e Flavinho a “ideologia de gênero” é representada como intervenção do Estado, em assuntos de ordem privada, como opção sexual, educação dos filhos e modelos familiares, com Jair Bolsonaro o termo passa a ter outra tônica, sendo representado como um “atentado” às crianças. Então vejamos.

Em todas as 12 manifestações do deputado que contêm o termo “ideologia de gênero”, existe uma relação direta com a abordagem infantil. Neste caso, a narrativa ganha outro enfoque, deixa de lado o “atentado” às famílias e põe em destaque um possível risco de “doutrinação” das crianças a partir de ideias tidas como distorcidas sobre gênero. A “ideologia de gênero” é associada a tudo o que remete a educação sexual, sexualidade ou gênero. O argumento por ele utilizado é o de que se busca erotizar as crianças ao abordar estes temas nas escolas. Da mesma forma que a família era acima destacada como algo sagrado, neste caso é a infância que ganha este status, ao passo que a profanação se manifesta em tudo o que remete à sexualidade humana, quando apresentado ao público infantil.

Esta postagem do deputado do dia 08 de junho de 2015, em sua página no Facebook, demonstra este entendimento.

VEREADORES E PAIS/MÃES: NÃO DEIXEM O PT ESTIMULAR A PEDOFILIA NAS ESCOLAS

Com grande participação da Bancada Evangélica, foi excluída do PNE a menção “igualdade de gênero”.

- Ignorando a Lei, o MEC vem orientando os municípios a incluírem no Plano Municipal de Educação a “IDEOLOGIA DE GÊNERO”.

- Dessa forma o PT estimulará, nas escolas, criancinhas a se interessarem por sexo (heterossexual/homossexual), bem como, as tornarão presas fáceis para a pedofilia (BOLSONARO, 2015).

Nas primeiras frases é notório o tom alarmista da publicação, algo que se repete em todas as suas manifestações. Como se estivesse chamando atenção para algo muito perigoso, utiliza tom eloquente e afirmações fortes, como, por exemplo: criancinhas e o interesse por sexo, o Partido dos Trabalhadores estimulando a pedofilia nas escolas e o hipotético aumento da vulnerabilidade infantil.

Na segunda aceção temos o destaque para a exclusão do PNE da “menção igualdade de gênero” e a seguir o destaque para o fato do Ministério da Educação (MEC) estar orientando os municípios a incluírem no Plano Municipal de educação a “ideologia de gênero”. Neste caso, a “igualdade de gênero” e “ideologia de gênero” são tidas como sinônimos e a caracterização do debate sobre gênero, sob o signo da ideologia, colabora significativamente para a construção de um discurso alarmista. Isto fica ainda mais claro nas últimas frases, em que aparecem as formulações “criancinhas interessarem-se por sexo” e “pedofilia”. Esta afirmação deixa clara a intenção de Bolsonaro em transmitir uma espécie de medo social sobre a “ideologia de gênero”, pois seria propulsora do sexo precoce e também da pedofilia. Sem explicitar o que pretende dizer com “ideologia de gênero”, relaciona este termo com um hipotético processo de “sexualização e vulnerabilização infantil”. Muito mais do que explicar ou esclarecer sobre o assunto, identificamos nas postagens deste deputado – e agora candidato a presidente do Brasil – a intenção de criar um clima de medo a respeito do tema “gênero”.

Nesta ambiência do medo insere-se o terceiro tema enfatizado nas manifestações analisadas: a “imposição” da “ideologia de gênero” que estaria ocorrendo nas escolas patrocinada pelo movimento LGBT.

O deputado que mais assume este argumento é Marco Feliciano; valendo-se também de manifestações eloquentes e com forte caráter alarmista, denuncia o risco da

imposição deste debate que parte dos movimentos sociais com interesse nas questões de gênero. De acordo com as suas postagens, a “ideologia de gênero” seria um processo de distorção das condutas morais, que balizam os comportamentos masculinos e femininos. Estas distorções estariam sendo impostas pelo Estado brasileiro, a partir do MEC e das universidades públicas, que estariam “ideologicamente” aparelhadas pelo movimento LGBT. Para Feliciano, estes posicionamentos teriam, ainda, o apoio dos meios de comunicação tradicionais.

Entre os vídeos postados em sua página no Facebook está uma reportagem do “Fantástico”, histórico programa de televisão da Rede Globo, onde é exposto o exemplo de uma família estadunidense que educa os filhos sem atribuir-lhes características masculinas ou femininas. No vídeo, de acordo com o exposto pelos pais, os filhos decidirão com o passar dos anos o seu gênero. O comentário de Feliciano sobre a matéria é o seguinte: “Amigo, se você não pode assistir a matéria ABSURDA ontem no Fantástico, que fala sobre ideologia de gênero, assista aqui e vejam onde essa sociedade quer chegar, ASSUSTADOR!”. (FELICIANO, 2015)

Outro vídeo postado é um comentário feito por ele a respeito de um seminário que ocorreu na Universidade de São Paulo (USP) e que teve como título, “Criança viada travesti na escola”. Segundo ele, a promoção deste seminário seria uma forma da USP “abraçar” a “ideologia de gênero”, utilizando o seu respaldo acadêmico para promover e levar às escolas, ideias do público LGBT, e que representariam perigo para a sociedade brasileira (FELICIANO, 2017).

Esses dois exemplos demonstram que, qualquer postura ou manifestação que busque questionar a heteronormatividade tradicional é entendida como “ideologia de gênero”, representando um perigo para a sociedade. Para Feliciano, um meio de comunicação, ou uma instituição acadêmica, ao dar espaço para questionamentos sobre os padrões orais de classificação de gênero, estariam contribuindo para gerar desordem social e para promover ideias LGBT.

Reforça-se assim a perspectiva do medo sobre a dita “ideologia de gênero”. O discurso eloquente, os argumentos da proteção da família tradicional e da infância, bem como, o risco da ingerência de um Estado ‘contaminado’ pelas questões de gênero na vida privada, põem em destaque elementos que são caros a uma parcela significativa da população brasileira. Este processo funciona como um dispositivo que quando acionado espalha a ideia de desordem e insegurança moral que assusta e faz com que as pessoas se envolvam no debate, mesmo que o sentido deste envolvimento não esteja muito claro.

Analisando os discursos dos deputados, durante a votação do PNE em 2015, Naara Luna (2017) também chama atenção para esta ambiência do medo e destaca dois argumentos comuns que perpassaram as manifestações dos deputados: a crítica as teorias do gênero que articulam gênero e cultura, tendo como foco a filósofa Judith Butler, e o trabalho da Unesco e da ONU, considerados uma agenda mundial para destruição da família e promoção da dita “ideologia de gênero”.

Estes dois argumentos estão também presentes nas postagens que temos vindo a analisar neste trabalho. O “mito de origem” da dita “ideologia de gênero” estaria nos documentos e nos discursos da Organização das Nações Unidas com a defesa dos direitos das minorias e quem daria base para este projeto seria a filósofa Judith Butler.

Considerações finais

A partir da análise realizada, não identificamos relação direta entre “ideologia de gênero” e a conceituação sociológica de ideologia nos termos apresentados por Karl Marx. Porém, se tomamos as proposições de Antonio Gramsci, e a sua separação entre ideologias historicamente orgânicas e arbitrárias, podemos classificá-la no segundo grupo. Dada a sua construção histórica e o caráter intencional e premeditado com que é utilizado, este termo demonstra os elementos de uma ideia racionalmente construída a fim de influenciar comportamentos e opiniões.

A utilização da palavra “ideologia” faz parte da ambiência do medo e da tentativa de desqualificar o debate sobre questões de gênero. Classificar as reivindicações e as teorias que tratam das diferenças culturais entre masculinidades e feminilidades como “ideologia” é uma tentativa de pôr em descrédito estas manifestações, pois a indicação de um argumento como ideológico pode ser encarado como uma forma semântica de atribuir sentido negativo a um argumento (BOURDIEU e EAGLETON, 1996). Os articuladores dos debates, a partir da aproximação dos termos, atrelam ao tema “gênero” toda a carga negativa e o descrédito histórico da palavra “ideologia”.

Outro elemento teórico em sintonia com a análise empírica aqui realizada diz respeito, por um lado, a dificuldade em formular um discurso “não ideológico” e, por outro, o fato de no momento em que um argumento é denunciado como ideológico o seu oposto também é enquadrado nesta categoria (ŽIŽEK, 1996). Nesse sentido, o discurso oposto ao da ideologia de gênero, que seria o das lideranças religiosas, está recheado de ideias pré-concebidas. Quando alguém se manifesta dizendo que questionar a

naturalidade do ser homem ou mulher é ideológico, o contrário disso – a concepção naturalista e binária das masculinidades e das feminilidades – também o é.

Assim, a teoria de gênero produzida pelas autoras citadas neste texto - Margaret Mead, Judith Butler, Tereza Toldy e Ana Santos - é classificada, pelas lideranças políticas analisadas, como a base acadêmica de uma agenda mundial de destruição moral, chamada “ideologia de gênero”. Todos os estudos destas autoras são resumidos neste termo, que tem por objetivo gerar medo, reduzir e desqualificar a produção teórica que não coadune com a classificação tradicional - homem versus mulher.

É relevante destacar o argumento de Tereza Toldy e Ana Santos (2016), de que é muito difícil falar de cidadania sem a desnaturalização do gênero. A estabilidade das posições ocupadas por homens e mulheres na estrutura social, como propõem os defensores da naturalização das questões de gênero, seria algo incompatível com as reivindicações de direitos iguais. Neste caso, o debate levantado por estas lideranças políticas, desqualificando as teorias de gênero, por associarem os papéis de homem e mulher a construções sociais, não teria potencial de incluir os indivíduos na participação e discussão da/de cidadania.

Neste caso, embora consideremos a pertinência do argumento de Toldy e Santos (2016), não poderíamos deixar de questionar o potencial de inserção e de participação que possuem as centenas de milhares de compartilhamentos das postagens analisadas. Por mais que possamos questionar a qualidade da participação, o fato inegável é que uma parcela significativa da população se insere nele através das redes sociais. Nesse sentido, assim como Ari Pedro Oro (2011), questionamos: se não fosse através dos debates promovidos pelas lideranças religiosas, será que esta parcela da população não estaria totalmente a margem desta discussão? Neste caso, mesmo que os indivíduos que participam da discussão possam, muitas vezes, atuar como meros reprodutores dos argumentos das lideranças políticas religiosas, pelo menos estão envolvidos num debate que, se não fosse por este caminho, provavelmente não teriam conhecimento da sua existência.

NOTAS

* Doutorando em Sociologia pela Universidade da Beira Interior/ Portugal. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo, Unifesp. Pós-graduado em Educação pelo Centro Universitário Claretiano. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Unisinos. É pesquisador nas áreas de Sociologia e Antropologia da religião. cesarpmmm@hotmail.com

* Pós-doutora em Comunicação pela Universidade da Beira Interior - UBI - Portugal. Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo - USP. Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Graduada em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo, pela Universidade Católica de Pelotas - UCPEL. Professora efetiva no curso de jornalismo da Universidade Federal de Rondônia - UNIR. Atuou durante 10 anos em emissoras de televisão como Âncora, Repórter e Editora. Atualmente se dedica a pesquisa e a docência. Investiga as influências das estruturas políticas, econômicas e sociais no jornalismo e em suas práticas. maira_bittencourt@hotmail.com

* Doutorado em Antropologia Social pela Universidade de Coimbra, é Professor Associado com Agregação/Livre-Docência do Departamento de Sociologia da Universidade da Beira Interior, onde foi diretor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. É ainda Investigador-sênior do Center for Research in Anthropology (CRIA-UNL). Para além de capítulos de livros em editoras de grande prestígio (Indiana University Press, Ashgate) e artigos publicados em várias revistas estrangeiras, do conjunto das suas obras destacam-se vários livros (em português e inglês) na área da Antropologia/Sociologia da religião. donizetti.rodrigues@gmail.com

¹ De acordo com informação presente no site da Câmara dos Deputados, frentes parlamentares são “associações de membros do Legislativo Federal de vários partidos que decidem se juntar para promover o debate e a legislação sobre determinado tema de interesse da sociedade”. As frentes parlamentares em questão, são grupos extensos, que reúnem aproximadamente 200 parlamentares em cada uma delas. Outra característica é a heterogeneidade, pois, observa-se grande variação de legendas partidárias entre os participantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, P. ; EAGLETON, T. A doxa e a vida cotidiana. In: ŽIŽEK, Slavoj. Org. *Um mapa da ideologia*. Contraponto. Rio de Janeiro, 1996.

BRANDÃO, N. A.; DIAS, E. F. *A questão da ideologia em Antonio Gramsci*. Trabalho & Educação. Vol.16, nº 2, 2007.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2003.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Frentes e grupos parlamentares*. Visto em: <<http://www2.camara.leg.br/deputados/frentes-e-grupos-parlamentares>> acesso em 14 de maio de 2018.

FURLANI, G. <https://apublica.org/2016/08/existe-ideologia-de-genero/>

GRAMSCI, A. *Concepção Dialética da História*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.

GUARESCHI, P. *Sociologia crítica: alternativas de mudança*. Mundo Jovem. Ed. 61, Porto Alegre, 2008.

LUNA, N. A criminalização da “ideologia de gênero”: uma análise do debate sobre diversidade sexual na Câmara dos Deputados em 2015. Dossiê conservadorismo, direitos, moralidades e violência. *Cadernos Pagu*, n. 50, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332017000200311&script=sci_abstract&tlng=pt> acesso em: 20 de maio de 2018.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Martins Fontes. São Paulo, 1998.

ESPAÇO E CULTURA, UERJ, RJ, JUL/DEZ. DE 2017, N. 42, P.26 – 43.
<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/>

ORO, A. P. *Algumas interpelações do Pentecostalismo no Brasil*. Horizonte, Belo Horizonte, v. 9, n. 22, p. 383-395, jul./set. 2011.

SARDEMBERG, C. M. B. Um diálogo possível entre Margaret Mead e Simone de Beauvoir. In. SARDEMBERG, C. M. B; MOTTA, A. B. da; GOMES, M. Org. *Um Diálogo com Simone de Beauvoir e Outras Falas*. NEIM/UFBA, Coleção Bahianas no.5. Salvador, 2000.

TOLDY, T. M.; SANTOS, A. C. Religião gênero e cidadania sexual: uma introdução. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. n. 110, 2016. Visto em: <<http://journals.openedition.org/rccs/6370>> acesso em 10 de abril de 2018.

ŽIŽEK, S. Org. *Um mapa da ideologia*. Contraponto. Rio de Janeiro, 1996.

Postagens citadas:

BOLSONARO, Jair. 2015. Visto em:
<https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/posts/496278467187811:0>

FELICIANO, Marco. 2015. Visto em:
<https://www.facebook.com/PastorMarcoFeliciano/videos/740130249460330/>

FELICIANO, Marco. 2017. Visto em:
<https://www.facebook.com/PastorMarcoFeliciano/videos/1151708844969133/>

MALTA, Magno. 2017 Visto em: <https://www.facebook.com/magnomalta/videos/1677365595640524/>

"IDEOLOGIZED" NETWORK? GENDER, SOCIAL PARTICIPATION, AND RELIGIOUS CONVICTIONS IN BRAZILIAN FACEBOOK POSTINGS

ABSTRACT: ONE OF THE HIGHLIGHTED THEMES IN THE BRAZILIAN PUBLIC DEBATE FORUM IS WHAT HAS BEEN CALLED "GENDER IDEOLOGY". THIS VERY CONTROVERSIAL NOTION AND ITS MEANING IS USED IN DEBATES BY DIFFERENT SOCIAL GROUPS AND ORGANIZATIONS WHICH, IN SOME CASES, HAS A RELIGIOUS ASPECT. THIS ARTICLE AIMS TO ANALYZE DISCUSSIONS ON SOCIAL NETWORKS THAT TOUCH ON THIS THEME AND ARE RELATED TO RELIGIOUS MATTERS, EMPHASIZING TWO MAIN OBJECTIVES: A) ELABORATE ON THE MEANINGS ATTRIBUTED TO THE TERM "GENDER IDEOLOGY" AND B) DISCUSS SOCIOLOGICALLY TO WHAT EXTENT THESE MANIFESTATIONS CAN BE PERCEIVED AS A FORM OF SOCIAL PARTICIPATION AND AN EXERCISE OF CITIZENSHIP.

KEYWORDS: GENDER; IDEOLOGY; RELIGION; SOCIAL PARTICIPATION; CITIZENSHIP.

¿RED "IDEOLOGIZADA"? GÉNERO, PARTICIPACIÓN SOCIAL Y CONVICCIONES RELIGIOSAS EN PUBLICACIONES BRASILEÑAS EN FACEBOOK

RESUMEN: UNO DE LOS TEMAS DESTACADOS, EN EL DEBATE PÚBLICO BRASILEÑO, ES LO QUE SE HA CONVENIDO LLAMAR "IDEOLOGÍA DE GÉNERO". ESTA DEFINICIÓN, POR CONTROVERTIDA QUE PUEDE SER, ES UTILIZADA EN DEBATES POR DIFERENTES GRUPOS Y ORGANIZACIONES SOCIALES, TENIENDO EN ALGUNOS CASOS UN CARÁCTER RELIGIOSO. ASÍ, ESTE ARTÍCULO TIENE COMO OBJETIVO EL ANÁLISIS DE DISCUSIONES EN LAS REDES SOCIALES QUE INVOLUCRAN ESTA TEMÁTICA Y QUE ESTÉN RELACIONADAS A ASPECTOS RELIGIOSOS, DESTACÁNDOSE DOS PROPUESTAS PRINCIPALES A) ELUCIDAR LOS SENTIDOS ATRIBUIDOS AL TÉRMINO "IDEOLOGÍA DE GÉNERO" Y B) DISCUTIR SOCIOLÓGICAMENTE EN EL CONTEXTO QUE NIVEL ESTAS MANIFESTACIONES PUEDEN SER PERCIBIDAS COMO UNA FORMA DE PARTICIPACIÓN SOCIAL Y EJERCICIO DE LA CIUDADANÍA.

PALABRAS CLAVES: GÉNERO; IDEOLOGÍA; LA RELIGIÓN; PARTICIPACIÓN SOCIAL; LA CIUDADANÍA.
